

Um ensaio sobre a Arqueologia da Paisagem

Landscape Archaeology

André Strauss

Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo

strauss@usp.br

Resumo: A trajetória histórica do conceito de paisagem - no âmbito da Arqueologia - é recapitulada desde os primórdios da disciplina no século XIX até as abordagens mais atuais, passando pelo histórico-culturalismo e o processualismo. A diversidade de aplicações do conceito de Paisagem na Arqueologia é apresentada através de uma série de exemplos concretos que incluem a monumentalidade funerário dos sambaquis do sul do Brasil; os trabalhos de terra e as Paisagens de Movimento nos Llanos de Morros na Bolívia; a sacralidade da paisagem e o conceito de Huaca entre as sociedades andinas; os terraços suspensos para agricultura nas Guianas; o debate sobre a capacidade de carga dos biomas amazônicos e o manejo florestal pré-colonial; os 'geoglifos' pan-amazônicos; e a colina de Bückberg, na Alemanha, na qual foi realizado o 'festival da colheita' do Terceiro Reich nazista.

Palavras-chave: Arqueologia. Antropologia. História. Paisagem ponto.

Abstract: The historical trajectory of the concept of landscape - within Archeology - is recapitulated from the beginning of the discipline in the 19th century to the most current approaches, including historical-culturalism and processualism. The diversity of applications of the concept of Landscape in Archeology is presented in a series of concrete examples that include the funerary monumentality of the

'sambaquis' of southern Brazil; earthworks and as 'Landscapes of Movements' in the Llanos de Morros in Bolivia; the sacredness of the landscape and the concept of Huaca among Andean societies; suspended terraces for agriculture in Guyana; the debate on the carrying capacity of Amazonian biomes and pre-colonial forest management; the pan-Amazonian 'geoglyphs' and the Bückberg hill in Germany, where the Nazi Third Reich 'harvest festival' was held.

Key words: Archaeology. Anthropology. History. Landscape.

Recebido em 10 de outubro de 2021.

Aceito em 12 de novembro de 2021.

Considerando a longa trajetória histórica da conformação da Arqueologia como disciplina acadêmica que remete ao apreço estético de objetos antigos do século XVIII, a inclusão formal do conceito de paisagem no arcabouço teórico-discursivo da disciplina pode ser considerada como um evento relativamente recente (FAGUNDES; PIUZANA, 2010; TRIGGER, 2011; GIANOTTI; BONOMO, 2013)¹. Durante o amadurecimento da chamada Nova Arqueologia, o termo foi incorporado de forma explícita e sistemática na disciplina. Mais recentemente, a expansividade semântica e o caráter altamente adjetivável do conceito de paisagem o tornaram ideal no âmbito das perspectivas pós-processuais, que buscavam um distanciamento da compreensão do ambiente externo como mero repositório de recursos necessários à subsistência.

Ainda que informalmente, muito antes da Nova Arqueologia, o conceito de paisagem já estava presente no pensamento arqueológico. Na virada do século XIX para o século XX, por exemplo, o tema da influência do ambiente sobre as culturas humanas havia sido incorporado – a partir de conceitos elaborados por Friedrich Ratzel – por Franz Boas na nascente Antropologia Cultural. Durante o século XIX, os estudos do Paleolítico revelaram as drásticas transformações que o fim da Era do Gelo teve sobre as paisagens europeias. De todas as maneiras, não havia uma preocupação formal com o tema, e nos trabalhos de Gordon Childe, por exemplo, a paisagem se apresentava como um tabuleiro sobre o qual se colocavam as diversas culturas arqueológicas (CHILDE, 1925). Os mapas de distribuição artefactual e linguística – tão caros à Arqueologia Histórico-Cultural – também podem ser vistos como elementos de uma preocupação com a espacialidade que remete ao conceito de paisagem.

¹ - Texto produzido como prova escrita no concurso para professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo realizado em dezembro de 2017.

A primeira vez que o termo *Landscape Archaeology* apareceu na literatura especializada foi como título de um volume temático organizado em 1978 no periódico *World Archaeology* (MARSHALL, 1978; STAGER; HUST, 1978; STJERNQUIST, 1978). De orientação francamente processualista, os trabalhos que compunham o volume abordavam, sob a égide de paisagem, temas como o impacto ambiental na economia e em padrões de assentamento, dinâmicas inter-regionais, distribuição espacial de artefatos, aplicações teóricas de forrageio ótimo e capacidade de carga, bem como limitações ambientais que impediam o desenvolvimento de sociedades agrícolas em determinadas regiões do mundo (DAVID; THOMAS, 1998).

Essa visão de paisagem como fator limitante à economia humana foi parte integrante da perspectiva neoevolucionista de Leslie White e da Ecologia Cultural de Julian Steward, e levou a interpretações como a da impossibilidade de um desenvolvimento local da cultura Marajoara, tal como defendido por Betty Meggers e Clifford Evans a partir da década de 1950 (MEGGERS, 1954; 2001). No artigo intitulado *Environmental limitation on the development of culture*, Meggers argumenta que a capacidade de carga do ambiente amazônico – com algumas excessões pontuais nas áreas de várzea dos grandes rios – era extremamente reduzida. A partir da premissa de que a evolução cultural resulta da capacidade de produção de energia per capita de uma dada sociedade, essa ideia retardou em décadas o avanço da compreensão das sociedades amazônicas (MEGGERS, 1954). Assim, o entendimento de paisagem na década de 1970 era praticamente sinônimo de meio-ambiente, limitando as expressões culturais humanas (BUTZER, 1982).

De todas as formas, esse foi um período importante no amadurecimento do uso do conceito de paisagem na Arqueologia devido aos inúmeros aprimoramentos metodológicos e técnicos

nos campos de prospecção, geoestatística e geoarqueologia (MORAIS, 2000). Foi nessa época que fotos aéreas começaram a ser usadas de forma mais sistemática, tornando patente que quase todo contexto arqueológico apresenta uma dimensão trans-local. O trabalho de Gordon Willey no Vale de Viru, no Peru, talvez seja o melhor exemplo disto. Foi somente com a visão aérea que se teve pleno conhecimento da escala e complexidade das estruturas urbanas produzidas por aquela sociedade andina (WILLEY, 1953).

Em 1982, Lewis Binford publicou *Archaeology of Place*, no qual elaborou o argumento processual para o conceito de paisagem. Binford utilizou o conceito de Geografia Cultural, que apesar do apelo semântico pós-cientificista seguiu refletindo uma visão do meio ambiente como essencialmente uma fonte de recursos necessários à subsistência (BINFORD, 1982). A partir de seus estudos sobre a diversidade nos padrões de mobilidade entre grupos caçadores-coletores – distribuídos numa escala contínua entre mobilidade residencial e logística – Binford apontou para um zoneamento de impacto humano na paisagem. De acordo, não apenas a variabilidade funcional sincrônica (e.g. acampamento base versus oficina lítica), mas os movimentos subsequentes dos sistemas culturais de realocar o acampamento residencial levariam a uma sobreposição na paisagem desse processo histórico. Seria uma espécie de conceito binfordiano de paisagem como palimpsesto, imagem central em abordagens posteriores focadas no conceito de paisagem. De acordo com Binford (1982), as categorias operacionais para decifrar essa sobreposição funcional sobre a paisagem seriam o raio de forrageio, raio de exploração logística e a zona de visitação.

Em consonância com Binford, Robert Dunnell foi outro expoente do pensamento arqueológico influenciado pelas ciências naturais e que também enfatizou a importância de uma

espacialidade expandida para a interpretação arqueológica. No artigo *The notion of site*, Dunnell (1992) argumenta que o conceito de sítio seria profundamente deletério para a arqueologia devido à sua circunscrição espacial. Criticando a escola Histórico-Cultural por tratar dos sítios arqueológicos como ‘minas’ de artefatos, ele sugere uma perspectiva na qual os sítios seriam nódulos de alta densidade dentro de uma ampla área de distribuição de artefatos. Na prática, isso implicaria uma ênfase naquilo que ele chamou de *off-site studies* que incluiria a prospecção como etapa necessária em todo estudo arqueológico. A metáfora-chave para Dunnell era de que a paisagem seria como um ‘tapete de achados’ quase contínuos.

Durante esse período em que vigorou a Arqueologia Processual, o desenvolvimento de diversos outros campos da disciplina serviu para firmar a importância do conceito de paisagem para a Arqueologia. Avanços geoquímicos permitiram aos estudos de proveniência de matéria-prima um alcance geográfico até então impossível de ser atingido. Os resultados desse tipo de estudo confirmavam que desde o passado remoto existiam exemplos de redes de troca e movimentações humanas em escala continental. A conclusão inevitável era de que o fenômeno arqueológico – quer fossem os artefatos escavados, quer fossem os ‘sistemas’ que existiram por trás deles – só poderia ser entendido em escalas geográficas amplas.

Avanços na Geoarqueologia e nas Ciências do Quaternário enfatizaram que não só o fim da Era do Gelo havia legado profundas transformações à superfície do planeta. Durante o Holoceno as mudanças também foram significativas, e a reconstrução das paisagens do passado passou a ser entendida como uma etapa fundamental em todo e qualquer estudo arqueológico. Deu-se início, assim, ao paradigma que pensa nessas transformações

como uma verdadeira 'tafonomia da paisagem', tema de pesquisa que segue ativo atualmente.

Uma área constitutiva do pensamento arqueológico – na qual foi observada uma reorientação durante a década de 1990 no sentido de valorizar o conceito de paisagem por meio de abordagens regionais – é a Arqueologia das Práticas Funerárias (STRAUSS, 2012). Presente desde a origem da disciplina, ela ganhou uma identidade bastante específica no seio da nascente Nova Arqueologia. Padrões de assentamento, mobilidade e subsistência são os temas mais frequentemente associados a essa vertente do pensamento arqueológico.

Entretanto, o chamado 'estudo das dimensões sociais' das práticas funerárias talvez seja um dos mais importantes pilares do processualismo (BINFORD, 1970). Apoiado na teoria dos papéis, Arthur Saxe foi o responsável por delinear os principais aspectos dessa abordagem. Em grande medida, o foco eram as identidades sociais e a variação interna dos chamados 'sistemas culturais' (SAXE, 1971). Entretanto, dentre as oito hipóteses por ele formuladas, foi a de número 8 que ganhou maior projeção e sobreviveu à passagem do tempo acadêmico (GOLDSTEIN, 1976), justamente a única das hipóteses saxianas que se refere a aspectos espaciais relacionados à paisagem. De acordo, ele propõe que a manutenção de áreas formalmente estabelecidas e exclusivamente utilizadas para fins funerários representariam um ato de apropriação simbólica de um território por um grupo corporativo, cujo objetivo seria o monopólio ao acesso dos recursos contidos no dito território. Em outras palavras: sepultamentos seriam como bandeiras delimitando e reclamando territórios.

Nas últimas décadas, apesar de uma série de revisões apontar que essa visão nem sempre tem fundamento empírico, a hipótese Saxe/Goldstein (como passou a ser conhecida a partir de 1986)

continuou bastante presente nas interpretações arqueológicas. Em 1995, Lane Beck (2013) publicou um volume editado intitulado *Regional Approaches to Mortuary Analysis*, no qual se percebe um movimento de entender a inserção dos sepultamentos na paisagem sob uma perspectiva marcadamente simbólica (e.g. paisagens funerárias).

De forma análoga ao que aconteceu em diversos campos da disciplina, a visão processualista sobre o conceito de paisagem, a partir da década de 1980, começou a sofrer uma série de críticas (ANSCHUETZ, 2001). A visão economicista de paisagem como repositório de recursos equivaleria à presença humana na paisagem como mera presença animal, cujo único objetivo seria a sobrevivência. A ausência do simbólico, a negligência com os locais espirituais e religiosos, operaram um nefasto processo dessacralização das paisagens e um afastamento daquilo que começava a ser entendido como 'ecologias êmicas'.

Enfatizar que as interações humano-ambiente são fundamentalmente históricas e aditivas era outro aspecto central. A metáfora do palimpsesto conectava a paisagem à noção de texto, tão central no pensamento de Hodder nas fases iniciais de conformação da Arqueologia Pós-Processual. A paisagem e seus elementos constituintes seriam como significantes abstratos e arbitrários por meio dos quais seus moradores poderiam imprimir nessa paisagem –com distintos graus de intencionalidade– suas histórias individuais e coletivas. Assim como o texto, a paisagem é também estruturada e pode, portanto, ser 'decifrada' a partir de análises contextuais.

Especialmente na Inglaterra, o foco passou a ser a sociabilidade da paisagem, e em 1978 Ian Hodder publicou *The Spatial Organization of Cultures*. O conceito de paisagem começou a assumir seus contornos atuais como categoria interpretativa não

equiparável ao meio natural externo (MENESES, 2002). A paisagem voltou a ser sagrada, produto da experiência humana, entendida como física e ao mesmo tempo intangível.

Um componente relevante nesse processo pode ser encontrado na etnoarqueologia. Assim como em muitos outros campos da Arqueologia, a experiência etnoarqueológica teve um profundo efeito emancipador na constituição do conceito de paisagem. Ainda que fruto de uma agenda francamente processualista focada no desenvolvimento das chamadas teorias de médio alcance, o contato pessoal-cotidiano e de longa duração com os grupos não ocidentais não apenas sensibilizou muitos arqueólogos para a natureza colonial e nobiliárquica de sua atividade, mas também explicitou que a dicotomia símbolo-função não tinha nenhuma correspondência na perspectiva nativa.

Na arqueologia brasileira, o estudo das sociedades sambaquieiras (DEBLASIS *et al.*, 2007) talvez tenha sido o campo que incorporou de forma mais plena e pioneira esse entendimento renovado do conceito de paisagem. A evolução das interpretações sobre essas sociedades costeiras reconta a própria história do pensamento arqueológico. Trata-se de uma época na qual até sua natureza antrópica não era compreendida, passando pela visão de que seriam grandes lixeiras a céu aberto, dentro das quais os povos descartavam seus mortos. Nas últimas décadas, os sambaquistêm sido interpretados como expressões de monumentalidade intencionalmente construída, que constituem verdadeiras paisagens funerárias.

O conceito de paisagem se situa entre os diversos conceitos que permitiram essa mudança paradigmática. Da perspectiva de um antigo morador da costa brasileira, os sambaquis 'estavam por todas as partes', verdadeiros marcos paisagísticos e arquitetônicos. Na paleolaguna de Santa Marta, no litoral de Santa Catarina,

existem mais de 65 concheiros registrados que apresentam uma clara hierarquia de tamanho entre eles, e a topografia natural perde protagonismo frente a paisagens construídas e domesticadas.

É importante enfatizar que essas paisagens antrópicas não são meros reflexos da estrutura social dos grupos que as construíram. Como todo símbolo, elas expressam, mas também informam. Um conceito que permite a compreensão dessa relação a-direcional tão importante para a paisagem arqueológica é o *habitus* de Pierre Bourdieu(1977). A partir de sua vivência com os Kabyle, na Argélia, Bourdieu percebeu que o comportamento social era transmitido de forma bastante fidedigna e, como resultado, as tradições daquele grupo se mantinham inabaladas com o passar das gerações. Entretanto, Bourdieu observou que inexistiam instituições formais ou mesmo momentos explícitos entre os Kabyle nos quais a conformação social às práticas vigentes fosse exigida dos membros daquela sociedade. Pelo contrário, eram as estruturas coletivas, subliminares e inconscientes que garantiam a manutenção dos costumes sociais e dos comportamentos individuais.

Em particular, o universo não discursivo tem grande relevância nesse processo, assim como os gestos, a organização dos espaços, os olhares e, claro, as paisagens. Afinal, lugares e paisagens têm grande potencial subliminar na medida em que estão sempre presentes, mas são raramente notados. Essa profunda pervasividade em recorrência cotidiana da interação com a paisagem confere a ela um lugar central como estrutura-estruturante. Assim como se passa a falar de agência do objeto, é possível pensar na agência da paisagem (INGOLD, 1993).

Uma alternativa discursiva ao Pós-Processualismo advém da Arqueologia Cognitiva, que entende a paisagem como um 'reservatório simbólico' necessário para o desenvolvimento da

mente humana. Da mesma forma que uma pessoa não aprende a falar a não ser que seja exposta à fala, a própria possibilidade/capacidade cognitiva não existiria sem objetos e paisagens. De todas as formas, a noção central é de que o arranjo das coisas no espaço tem forte influência sobre o humano. Assim, a morfologia circular e a divisão binária tão característica em diversos sítios cerâmicos na Amazônia e no Brasil central (WUST; BARRETO, 1999; HECKENBERGER, 2005) não apenas refletem como são responsáveis de forma ativa pela morfologia social, pelas identidades pessoais e pelas narrativas cosmológicas daqueles grupos.

Um desenvolvimento importante na Arqueologia da Paisagem foi o aumento gradativo da percepção de que as terras baixas da América do Sul foram amplamente modificadas pelos seus habitantes durante o Holoceno. São paisagens antrópicas e construídas – arquitetônicas, em muitos casos – que contribuíram para o surgimento do conceito de Antropoceno (ROOSEVELT, 2013). Para além dos sambaquis, já mencionados, um dos locais que foram fundamentais para essa reorientação paradigmática é a Amazônia, por décadas considerada um ‘inferno verde’, virgem e intocado. Os estudos de Ecologia Histórica (BALÉE; ERICKSON, 2006) apontaram um cenário de intensas e contínuas interações humano-ambiente. A Ecologia Histórica é um campo importante – poder-se-ia dizer que é irmão da Arqueologia da Paisagem. Mantendo o interesse na relação humano-ambiente – assim como o processualismo – ela expande as possibilidades interpretativas no sentido de uma maior simetria explicativa dos termos envolvidos. Sem negar os possíveis impactos do ambiente nas culturas humanas, a Ecologia Histórica privilegia, entretanto, a busca das modificações antrópicas na paisagem – ou sua ‘domesticação’.

Na Amazônia, talvez os dois marcadores paisagísticos mais claros da ação humana sejam a presença da chamada ‘terra preta’ e

das florestas oligarcas (HECKENBERGER; NEVES, 2009). A terra preta basicamente decorre da presença humana cotidiana num mesmo local ao longo dos anos, sendo formada por descartes orgânicos dos mais diversos tipos. A coloração escura característica se deve principalmente à presença de microcarvões (SCHMIDT *et al.*, 2014). Ao mesmo tempo em que ela nasce como descarte, também passa a servir como marcador paisagístico que norteia a ocupação futura da paisagem, na medida em que indica a presença de terreno fértil para o cultivo. Altamente fértil, chegou-se a sugerir que a invasão dos produtores de cerâmica da Tradição Polícroma da Amazônia (TPA) aos assentamentos dos grupos produtores de cerâmica da Tradição Borda Incisa (TBI) teria sido, pelo menos em parte, pela intenção de se apropriarem das áreas com terra preta produzida por esses últimos (MORAES; NEVES, 2012).

Além disso, a distribuição pan-Amazônica das áreas com terra preta que se observa a partir do início da era cristã testifica o enorme contingente populacional que à época imprimia sua marca na floresta amazônica. Nesse processo, um conjunto de não mais que 200 espécies vegetais – em sua maioria de grande valia para os grupos humanos – foram favorecidas e selecionadas, e em diversas áreas constituem até 50% das variedades encontradas (TER STEEGE *et al.*, 2013). São as chamadas ‘florestas oligarcas’, uma marca discreta ao olho destreinado, mas que testemunha milênios de interação e manejo entre humanos e a floresta na Amazônia (ROOSEVELT, 2013).

As centenas de estruturas de terra distribuídas por toda a Amazônia são menos discretas que a terra preta ou que as florestas oligarcas e incluem terraços elevados, obras hidráulicas, estradas e passarelas. Na região de Llanos de Mojos, na Bolívia, encontra-se uma das expressões mais elaboradas dessa verdadeira ‘arquitetura em terra’ e suas marcas na paisagem (SNEAD; ERICKSON; DARLING,

2009). A ampla área, com tamanho similar ao do Estado do Rio de Janeiro, foi observada pela primeira vez no início do século XX por Erland Nordenskiöld. Para ele, no passado, essa área pode ter sido ocupada por uma população até 100 vezes maior do que em tempos históricos. A base para tal suposição são os milhares de terraços suspensos feitos de terra, cuja finalidade era impedir que a raiz dos cultivos apodrecesse nos terrenos que permanecem debaixo d'água durante metade do ano. Na porção sul da região de Llanos de Mojos, ao invés dos terraços lineares, a paisagem é marcada por centenas de montículos de terra. Com até vinte metros de altura, eram em sua maioria estruturas funerárias. Finalmente, na região leste, encontra-se uma ampla rede de passarelas lineares feitas de terra que conectavam diversos centros residenciais.

Com base nesse contexto, Snead, Erickson e Darling (2009) desenvolveram seu conceito de 'Paisagem do Movimento'. Eles se apropriaram de um tema clássico da Arqueologia Processual – mobilidade – e o ressignificaram numa chave interpretativa baseada na Arqueologia Simbólica e da Paisagem. Enfatizando que em Llanos de Mojos as passarelas e estradas foram superdimensionadas em relação ao tamanho que seria necessário para a função estrita de transporte, eles propõem que essa Arquitetura de Terra era antes de mais nada uma metáfora do movimento. Se o objetivo central fosse meramente o deslocamento utilitário, não haveria necessidade de investir em geometrias retilíneas e radiais ou de se construir dezenas de caminhos paralelos entre si que partem e levam do e para o mesmo lugar. Trata-se, portanto, de caminhos rituais para procissões vitais que remetem ao trabalho coletivo que está envolvido na construção e manutenção desses marcos paisagísticos. Aqui se remete ao caráter memorial e transgeracional da paisagem, que transcende não apenas a trajetória de vida do indivíduo, mas de muitas gerações. Em parte, é justamente aí que reside o enorme valor do conceito de paisagem para a arqueologia.

Voltando à Amazônia, existem outros lugares relevantes no que se refere a interações paisagísticas através da arquitetura de terra. Na Guiana, a partir de 1000 a.C. foram construídos milhares de terraços suspensos cuja finalidade era principalmente a plantação de milho. Na região do Xingu, estudos atualmente considerados clássicos identificaram que no passado as aldeias circulares tinham proporções muito maiores do que as atuais e estavam conectadas por estradas de terra. Numa área com aproximadamente 400km², Michael Heckenberger et al. (2007) identificaram mais de 20 dessas estradas que datam do período anterior à invasão europeia (1000-1400 d.C.).

No Equador, na base do vulcão Sangay, reside o complexo arqueológico de Hupula, onde a arquitetura de terra foi empregada com propósito ligeiramente distinto dos outros casos apresentados até aqui (SALAZAR, 2008). Entre 700 a.C. e 1200 d.C., as sociedades que ali viviam erigiram uma série de plataformas retangulares cuja disposição criava pátios centrais. O conjunto pode ser descrito como constituindo verdadeiros centros cerimoniais e domésticos de escala urbana. A cerâmica associada apresenta motivos próximos aos encontrados em estilos da Bacia Amazônica. Ao mesmo tempo, a presença de conchas do Oceano Pacífico indica que a localidade se encontrava numa esfera de interação entre os universos andino e amazônico. Recentemente, graças à aplicação de sensoriamento remoto por Lidar – tecnologia a base de laser que permite remover ‘virtualmente’ a cobertura vegetal – percebeu-se que a extensão dessas plataformas é enorme, constituindo, potencialmente, um dos maiores aglomerados demográficos da América pré-colonial.

Finalmente, ainda na Amazônia, nos estados do Acre e de Rondônia, existem centenas de ‘geoglifos’ construídos em terra em formatos ovaloides e quadrangulares. A quase ausência de material arqueológico no interior desses geoglifos reflete o uso

primordialmente simbólico e ritual dessas estruturas de terra. Estudos recentes de microvestígios mostram que, ao contrário do que se imaginava, a construção dessas estruturas não resultava numa ampla remoção da cobertura vegetal (WATLING et al., 2017). Assim, percebe-se uma relação íntima com a floresta que permeia uma lógica de visibilidade paisagística não dependente de campos abertos e de 'observação visual'.

Para além da região amazônica, o conceito de paisagem também é chave para entender as sociedades andinas. Na sociedade Moche, por exemplo, é clara a inadequação de um entendimento de paisagem como algo passivo e dessacralizado, na medida em que, para ela, não havia separação ontológica entre humanos e não humanos. Ecoando a 'Ecologia dos Materiais' de Tim Ingold, para os Mochicas, a matéria é sempre fluxo – constante devir. Assim, a palavra *quechahuaca* remete a paisagens vivas e seres sagrados. Huaca não são apenas templos piramidais construídos de adobe, mas também as montanhas, rios, lagos, ruínas e as próprias múmias. É nesse contexto que deve ser entendida a agenda construtiva de templos piramidais que teve início com Cajal e Ventarrón há cerca de 4000 anos, antes mesmo do aparecimento da cerâmica no registro arqueológico da região. Se, por um lado, o formalismo geométrico desses templos remete a um distanciamento da natureza, é importante considerar que foram quase sempre construídos à imagem e semelhança de marcos paisagísticos locais, seja o Cerro Blanco na Vale de Moche, no caso da Huaca de la Luna, seja o Cerro Ventarrón no Vale de Lambayeque, no caso do templo homônimo no norte do Peru.

A visão inicial do pós-processualismo sobre o uso do conceito de paisagem passou por uma série de modificações na última década. Christopher Tilley (1994) critica o uso do conceito, pois este implicaria a existência de um observador externo e distante.

Ele remete o argumento ao emprego original do termo pelos pintores do século XVII que, externos e distantes, apropriavam-se de forma patriarcal e patrimonial da paisagem que figurava em suas obras. Além disso, o crescente foco das análises espaciais em mapas regionais – nos quais estão ausentes o sujeito humano – resultariam numa imposição cartesiana ao pensamento espacial, cujo objetivo seria o distanciamento geométrico necessário à dominação colonial. Tilley advoga ser necessário ir além da evidência e não temer interpretações sensuais, românticas e texturais baseadas numa fenomenologia carnal e hiper-realista.

No Brasil, José Roberto Pellini (2011) enfatiza a importância de se viver a paisagem para ser capaz de entendê-la, reforçando a importância de permanecer em campo para poder interpretar a paisagem e suas implicações para as populações passadas.

Em paisagens rituais vinculadas a eventos astronômicos, essa abordagem se revela particularmente frutífera. No Amapá, a partir do ano 1000 d.C., a paisagem de algumas regiões passou a ser marcada por dezenas de estruturas megalíticas (SALDANHA; CABRAL, 2012). A organização das enormes lajes graníticas faz com que elas acompanhem o solstício de verão, transformando o próprio céu numa paisagem culturalmente apropriada. Constitui, assim, um lugar persistente e significativo: dois termos cruciais para o conceito pós-processual de paisagem.

É importante mencionar os trabalhos de Maria Zedeño (1997), que ressignifica o conceito de território para a arqueologia. Partindo de uma crítica ao termo paisagem, ela enfatiza ser o território um espaço socialmente constituído, e alerta que localidades sagradas são mais relevantes do que oficinas líticas para se entender a relação humano-espaço. Zedeño adapta o conceito de arqueologia comportamental para o estudo do território, introduzindo o conceito de 'história de vida' de um território, que

envolveria etapas como o seu estabelecimento, manutenção e transformação. No Brasil, esse conceito de território/paisagem passou a ter grande importância no âmbito da Arqueologia Colaborativa Indígena (SILVA, 2015), especialmente durante as primeiras décadas do século XXI, devido à expansão das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PUGLIESI; VALLE, 2015).

O conceito de paisagem também tem se revelado importante no âmbito da arqueologia patrimonial e questões relacionadas ao ativismo indígena. O conceito 'paisagens disputadas' permeia quase todos os contextos de conflito socioambiental resultantes da política nacional-desenvolvimentista do Brasil (ZARANKIN; PELLINI, 2012). A Lei Federal n.º 3924 de 1964, bem como a Constituição Federal, garantem – em teoria – o que pode ser chamado de autonomia paisagística dos grupos indígenas. Entretanto, uma visão patrimonialista exclusivamente focada nos artefatos ou nos sítios arqueológicos pode ter um valor limitado nas lutas pela demarcação dos territórios.

Ressalte-se que o próprio conceito de paisagem é passível de proteção no âmbito da legislação patrimonialista. Um avanço possível no processo de descolonização da Arqueologia é minimizar a ruptura entre cultura material e espaço. O processo de constituição de ecomuseus é uma iniciativa importante neste sentido, na medida em que deixa o material escavado na região de estudo e permite que as comunidades locais estabeleçam suas próprias relações com aquele passado materializado.

Outra área na qual o conceito de paisagem é importante é a arqueologia da repressão em contextos de justiça de transição. Como colocado por González-Ruibal, algumas paisagens não devem nunca ser bucólicas. Um exemplo interessante é a pacata colina Bückberg, na Alemanha, que protagoniza há décadas um debate entre arqueólogos e comunidade local (BURSTRÖM; GELDERBLUM,

2011). Construída a pedido de Joseph Goebbels para o Terceiro Reich celebrar o 'festival da colheita', foi um dos principais centros de congregação nazista. Estima-se que 1,2 milhão de pessoas, em 1937, participaram da celebração do regime nazista nesse local. Como lidar com uma paisagem como essa? Memorializar poderia atrair membros da extrema direita alemã, que transformariam o lugar num templo de culto ao líder nazista. Por outro lado, deixar a vegetação invisibilizar o que ocorreu ali pode ser visto como negligência e banalização do mal. Certamente não há respostas simples para essas questões, mas fica claro o papel memorial das paisagens ao longo do tempo.

No Brasil, é pertinente considerar as paisagens do Araguaia e tantos outros lugares onde, apesar da brutalidade da ditadura cívico-militar, inexistem referências paisagísticas que permitam a inserção desse fato histórico, quer seja na pauta cotidiana daqueles que ali residem, quer seja na já atrasada agenda nacional de justiça de transição (SOUZA, 2014). Fica clara a importância do conceito de paisagem na trajetória recente do pensamento arqueológico. Sem dúvida, esse conceito constitui, atualmente, uma das chaves interpretativas de maior valor para a disciplina.

Referências

ANSCHUETZ, K. F.; WILSHUSEN, R. H.; SCHEICK, C. L. **An archaeology of landscapes: perspectives and directions.** Journal of Archaeological research, v. 9, n. 2, p. 157-211, 2001.

BALÉE, W.; ERICKSON, C. **Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands.** Columbia University Press, 2006.

BECK, L. A. **Regional approaches to mortuary analysis.** Springer Science & Business Media, 2013.

BINFORD, L. R. Mortuary practices: their study and their potential. **Society for American Archaeology**, Washington, DC, p.6-29, 1970.

BINFORD, L. R. The archaeology of place. **Journal of Anthropological Archaeology**, v.1, p. 5-31, 1982.

BOURDIEU, P. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BURSTRÖM, M.; GELDERBLUM, B. Dealing with difficult heritage: The case of Bückeberg, site of the third reich harvest festival. **Journal of Social Archaeology**, v.11, p. 266-282, 2011.

BUTZER, K. W. **Archaeology as human ecology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

CHILDE, V. G. **The dawn of European civilization**. Kegan Paul, London, 1925.

DAVID, B.; THOMAS, J. Landscape Archaeology: introduction. In: DAVID, B.; THOMAS, J. (eds.). **Handbook of Landscape Archaeology**. London: Routledge, 1998. p. 27-43.

DEBLASIS, P.; KNEIP, A.; SCHEEL-YBERT, R.; GASPAR, M. D. Sambaqui e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueologia Suramericana**, v.3, p. 29-61, 2007.

DUNNELL, R. C. The notion of site. In: DUNNELL, R. C. **Space, time, and archaeological landscapes**. Boston: Springer, 1992. p. 21-41.

FAGUNDES, M.; PIUZANA, D. Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.8, p. 205-220, 2010.

GIANOTTI, C.; BONOMO, M. De montículos a paisajes: processo de transformación y construcción de paisajes en el sur de la cuenca del Plata. **Comechingonia Revista de Arqueología**, p. 129-163, 2013.

GOLDSTEIN, L. G. **Spatial structure and social organization: regional manifestations of Mississippian society.** 1976. Dissertation (Unpublished Ph.D.) - Northwestern University, Evanston, Illinois, 1976.

HECKENBERGER, Michael. **The ecology of power: culture, place, and personhood in the southern Amazon, AD 1000-2000.** Psychology Press, 2005.

HECKENBERGER, M.; NEVES, E. G. Amazonian Archaeology. **Annual Review of Anthropology**, v.38, p. 251-266, 2009.

HECKENBERGER, M. J.; RUSSELL, J. C.; TONEY, J. R.; SCHMIDT, M. J. The legacy of cultural landscapes in the Brazilian Amazon: Implications for biodiversity. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 362, p. 197-208, 2007.

HODDER, I. (ed.). **The spatial organization of culture.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1978.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v.25, p. 152-174, 1993.

MARSHALL, A. J. Environment and agriculture during the Iron Age: statistical analysis of changing settlement ecology. **World Archaeology**, v. 9, p. 347-356, 1978.

MEGGERS, B.J. Environmental limitation on the development of culture. **American Anthropologist**, v.56, p. 801-824, 1954.

MEGGERS, B. J. The continuing quest for El Dorado: Round two. **Latin American Antiquity**, v. 12, p. 304-325, 2001.

MENESES, U. T. B. A paisagem como fato cultural. In: SERPA, A.; NUNES, C.; SANDEVILLE JR. E. et al. (eds.). **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MORAES, C. P.; NEVES, E. G. O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. **Amazônica**, v. 4, p. 122-148, 2012.

MORAIS, J. L. Tópicos de arqueologia da paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.10, p. 3-30, 2000.

PELLINI, J. R. Onde está o gato? Realidade, arqueologia sensorial e paisagem. **Habitus**, Goiânia, v.9, n. 1, p. 17-31, 2011.

PUGLIESI, F. A.; VALLE, R. B. M. A gestão do patrimônio arqueológico em territórios indígenas: a resistência Munduruku e a preservação do patrimônio cultural frente aos territórios tradicionalmente ocupados. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 30-51, 2015.

ROOSEVELT, A. C. The Amazon and the Anthropocene: 13,000 years of human influence in a tropical rainforest. **Anthropocene** [on-line], v. 4, p. 69-87, 2013.

SALAZAR, E. Pre-Columbian mound complexes in the Upano River Valley, Lowland Ecuador. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. H. (eds.). **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008. p. 263-278.

SALDANHA, J. D. M.; CABRAL, M. P. Potes e pedras: uma gramática de monumentos megalíticos e lugares naturais na costa norte do Amapá. **Revista de Arqueologia**, v.25, p. 48-57, 2012.

SAXE, A. A. Social dimensions of mortuary practices in a Mesolithic population from Wadi Haifa, Sudan. **Memoirs of the Society for American Archaeology**, v.25, n. 1, p. 39-57, 1971.

SCHMIDT, M. J.; RAPP PY-DANIEL, A.; PAULA MORAES, C. et al. Dark earths and the human built landscape in Amazonia: a widespread pattern of anthrosol formation. **Journal of Archaeological Science**, v.42, p. 152-165, 2014.

SILVA, F. A. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T. I. Koatinemo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.58, n. 2, p. 143-172, 2015.

SNEAD, J. E.; ERICKSON, C. L.; DARLING, J. A. **Landscapes of movement: trails, paths, and roads in anthropological perspective.** Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2009.

SOUZA, R. A. Arqueologia e a guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2014.

STAGER, L. E.; HURST, H. A metropolitan landscape: the late Punic port of Carthage. **World Archaeology**, v. 9, n. 3, p. 334-346, 1978.

STJERNQUIST, B. Approaches to settlement archaeology in Sweden. **World Archaeology**, v. 9, n. 3, p. 251-264, 1978.

STRAUSS, A. Possibilidades e limitações interpretativas da Hipótese Saxe/Goldstein. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v.7, n. 2, p. 525-546, maio-ago. 2012.

TER STEEGE H.; PITMAN, N. C. A.; SABATIER, D. et al. Hyperdominance in the Amazonian Tree Flora. **Science**, v. 342, n. 6156, Oct. 2013.

TILLEY, C. **A phenomenology of landscape places, paths and monuments.** Oxford: Berg Publisher, 1994.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico.** 2. ed. São Paulo: Odysseus, 2011.

WATLING, J.; et al. Impact of pre-Columbian “geoglyph” builders on Amazonian forests. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 114, n. 8, p. 1868-1873, 2017.

WILLEY, G. R. Prehistoric settlement patterns in the Virú Valley, Peru. **Bureau of American Ethnology Bulletin**, v.155, p. 1-453, 1953.

WÜST, I., BARRETO, C. The ring villages of central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. **Latin American Antiquity**, p. 3-23, 1999.

ZARANKIN, A.; PELLINI, J. R. Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v.25, p. 44-60, 2012.

ZEDEÑO, M. N. Landscapes, Land Use, and the History of Territory Formation: An Example from the Puebloan Southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 4, p. 67-103, 1997.